

**Senhores Acionistas:**  
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

**Patrimônio Líquido e Resultado**  
 Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$565 milhões (31/12/2016 -

R\$558 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2017 foi de R\$7 milhões (31/12/2016 - R\$106 milhões).

**Ativos e Passivos**  
 Em 31 de dezembro de 2017, os ativos totais atingiram R\$910 milhões (31/12/2016 - R\$929 milhões). Desse montante, destacamos, R\$403 milhões (31/12/2016 - R\$390 milhões) por Títulos e Valores Mobiliários e R\$126 milhões (31/12/2016 - R\$145 milhões) por Negociação e Intermediação de Valores. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de obrigações diversas foi de R\$205 milhões (31/12/2016 - R\$188

milhões), representado, principalmente, pela Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais e R\$129 milhões (31/12/2016 - R\$150 milhões) por Negociação e Intermediação de Valores. Colocamos-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 12 de março de 2018.

**12 Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo Circulante</b>		<b>576.401</b>	<b>608.198</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4 &amp; 15.d</b>	<b>1.288</b>	<b>1.568</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>4 &amp; 15.d</b>	<b>17.104</b>	<b>46.931</b>
Aplicações no Mercado Aberto		17.104	6.904
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	40.027
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>5</b>	<b>402.834</b>	<b>390.169</b>
Carteira Própria		126.889	139.358
Vinculados à Prestação de Garantias		275.945	250.811
<b>Outros Créditos</b>		<b>151.800</b>	<b>169.433</b>
Rendas a Receber		358	535
Negociação e Intermediação de Valores	6	126.115	145.179
Créditos Tributários	7	8.023	9.648
Diversos	8	17.304	14.071
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>3.375</b>	<b>97</b>
Despesas Antecipadas		3.375	97
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>333.611</b>	<b>320.683</b>
<b>Outros Créditos</b>		<b>333.611</b>	<b>320.683</b>
Créditos Tributários	7	55.347	49.303
Diversos	8	278.264	271.380
<b>Permanente</b>		<b>170</b>	<b>245</b>
<b>Investimentos</b>		<b>170</b>	<b>219</b>
Outros Investimentos		2.122	2.172
(Provisões para Perdas)		(1.952)	(1.953)
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outras Imobilizações de Uso		68	68
(Depreciações Acumuladas)		(68)	(68)
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>26</b>
Outros Ativos Intangíveis		295	295
(Amortizações Acumuladas)		(295)	(269)
<b>Total do Ativo</b>		<b>910.182</b>	<b>929.126</b>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Passivo Circulante</b>		<b>143.568</b>	<b>188.755</b>
<b>Outras Obrigações</b>		<b>143.568</b>	<b>188.755</b>
Sociais e Estatutárias	15.d	402	30.989
Fiscais e Previdenciárias	11	8.064	1.197
Negociação e Intermediação de Valores	6	129.163	149.643
Diversas	12	5.939	6.946
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>201.939</b>	<b>182.634</b>
<b>Outras Obrigações</b>		<b>201.939</b>	<b>182.634</b>
Fiscais e Previdenciárias	11	2.876	1.435
Diversas	12	199.063	181.199
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>14</b>	<b>564.675</b>	<b>557.737</b>
Capital Social:			
De Domiciliados no País		296.000	296.000
Reservas de Lucros		266.086	259.439
Ajuste de Avaliação Patrimonial		2.589	2.298
<b>Total do Passivo</b>		<b>910.182</b>	<b>929.126</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>		<b>296.000</b>	<b>27.666</b>	<b>162.122</b>	<b>-</b>	<b>125</b>	<b>485.913</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	2.173	2.173
Lucro Líquido		-	-	-	-	106.085	106.085
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c	-	5.304	-	-	(5.304)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	(36.434)	(36.434)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	32.174	-	(32.174)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	32.173	-	(32.173)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>296.000</b>	<b>32.970</b>	<b>226.469</b>	<b>-</b>	<b>2.298</b>	<b>557.737</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>5.304</b>	<b>64.347</b>	<b>-</b>	<b>2.173</b>	<b>71.824</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>296.000</b>	<b>32.970</b>	<b>226.469</b>	<b>-</b>	<b>2.298</b>	<b>557.737</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	291	291
Lucro Líquido		-	-	-	-	7.049	7.049
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c	-	352	-	-	(352)	-
Dividendos	14.b	-	-	-	-	(402)	(402)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	3.148	-	(3.148)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	3.147	-	(3.147)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>		<b>296.000</b>	<b>33.322</b>	<b>232.764</b>	<b>-</b>	<b>2.589</b>	<b>564.675</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>-</b>	<b>352</b>	<b>6.295</b>	<b>-</b>	<b>291</b>	<b>6.938</b>
<b>Saldo em 30 de Junho de 2017</b>		<b>296.000</b>	<b>33.074</b>	<b>228.442</b>	<b>-</b>	<b>1.864</b>	<b>558.380</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	725	725
Lucro Líquido		-	-	-	-	4.972	4.972
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c	-	248	-	-	(248)	-
Dividendos	14.b	-	-	-	-	(402)	(402)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	2.161	-	(2.161)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	2.161	-	(2.161)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>		<b>296.000</b>	<b>33.322</b>	<b>232.764</b>	<b>-</b>	<b>2.589</b>	<b>564.675</b>
<b>Mutações no Período</b>		<b>-</b>	<b>248</b>	<b>4.322</b>	<b>-</b>	<b>725</b>	<b>5.295</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**  
 A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às sociedades da espécie, atuando, dentre outras: na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos. As operações da Santander CCVM são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
 As demonstrações financeiras da Santander CCVM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.o).

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 12 de março de 2018.

**3. Principais Práticas Contábeis**  
**Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**  
 As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.  
**b) Apuração do Resultado**  
 O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.  
**c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**  
 São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.  
 Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.088/2001.  
**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**  
 Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.  
**e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**  
 São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.  
**f) Títulos e Valores Mobiliários**  
 A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:  
 I - títulos para negociação;  
 II - títulos disponíveis para venda; e  
 III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadraram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida:  
 (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e  
 (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.  
 Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.  
**g) Negociação e Intermediação de Valores**  
 De acordo com a norma vigente, o reconhecimento da receita deve ocorrer quando houver confiabilidade na mensuração e for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.  
 A Santander CCVM, como prestadora de serviços financeiros, reconhece sua receita advinda de taxas cobradas de intermediação à medida que seus serviços são prestados.  
**h) Despesas Antecipadas**  
 São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.  
**i) Permanente**  
 Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:  
**1.1) Outros Investimentos**  
 Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.  
**1.2) Imobilizado de Uso**  
 A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.  
**1.3) Intangível**  
 Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

**i) Plano de Benefícios a Funcionários**  
 Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.  
**Plano de Contribuição Definida**  
 Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e seus controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.  
**Planos de Benefício Definido**  
 Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 22. Para esta modalidade do plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, a Santander CCVM aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).  
**Principais Definições**  
 O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.  
 O déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados. Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.  
 - Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.  
 - O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.  
 Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.  
 Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.  
**k) Remuneração Baseada em Ações**  
**Liquidação em Ação**  
 São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.  
 No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável das opções que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.  
**Liquidação em Dinheiro**  
 No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.  
**l) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**  
 A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.  
 As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.  
 As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixaram de existir ou são reduzidas.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos					
	Valor do Ativo	Ajuste a Mercado	Valor Contábil	Sem Vencimento	Abertura por Vencimento
<b>Título para Negociação</b>	<b>402.969</b>	<b>(135)</b>	<b>402.834</b>	<b>30.293</b>	<b>22.656</b>
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	372.084	(135)	371.949	-	22.664
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário <sup>(1)</sup>	592	-	592	-	592
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento para Negociação e Derivativos <sup>(1)</sup>	30.293	-	30.293	30.293	-
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários - Circulante</b>	<b>402.969</b>	<b>(135)</b>	<b>402.834</b>	<b>30.293</b>	<b>22.656</b>

<sup>(1)</sup> As cotas de fundo de investimento em cotas de fundo imobiliário destinam seus recursos substancialmente em contas a receber referente a venda de imóveis.  
 O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.  
 A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, com instrumentos financeiros derivativos de terceiros é composta por títulos públicos federais, no valor de R\$275.945 (31/12/2016 - R\$250.811).  
 Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Santander CCVM não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

6. Negociação e Intermediação de Valores			
	31/12/2017	31/12/2016	
<b>Ativo</b>			
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	119.766	119.080	
Caixas de Registro e Liquidação	6.349	26.099	
<b>Total - Circulante</b>	<b>126.115</b>	<b>145.179</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	
<b>Passivo</b>			
Credores - Conta Liquidações Pendentes	105.155	127.907	
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias	21.515	16.694	
Comissões e Corretagens a Pagar	1.134	1.334	
Caixas de Registro e Liquidação	1.359	3.706	
<b>Total - Circulante</b>	<b>129.163</b>	<b>149.643</b>	

7. Créditos Tributários				
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários				
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para Contingências Cíveis	1	6	-	7
Provisão para Riscos Fiscais	42.837	3.704	(3.412)	43.129
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Administrativas - Ações Trabalhistas	897	887	(456)	1.328
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos <sup>(1)</sup>	193	-	(135)	58
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (Nota 3.i)	(91)	1.328	-	1.237
Outras Provisões Temporárias <sup>(2)</sup>	15.114	2.497	-	17.611
<b>Saldo dos Créditos Tributários Registrados Circulante</b>	<b>58.951</b>	<b>8.422</b>	<b>(4.003)</b>	<b>63.370</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>49.303</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>55.347</b>
	<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(1)	-	1
Provisão para Contingências Cíveis	667	2.023	(2.689)	1

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

### b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 12)</b>	<b>185.703</b>	<b>167.244</b>
<b>Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12)</b>	<b>3.336</b>	<b>1.993</b>
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	3.336	1.993
<b>Total</b>	<b>189.039</b>	<b>169.237</b>

### c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2017		01/01 a 31/12/2016	
	Fiscais	Trabalhistas Cíveis	Fiscais	Trabalhistas Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>167.244</b>	<b>1.993</b>	<b>- 228.741</b>	<b>2.306</b>
Constituição Líquida de Reversão <sup>(1)</sup>	9.357	2.163	17 (76.004)	(277) 5.185
Atualização Monetária	9.276	164	1 14.579	207 136
Baixas por Pagamentos	(174)	(1.002)	(28)	(243) (6.872)
<b>Saldo Final</b>	<b>185.703</b>	<b>3.318</b>	<b>18 167.244</b>	<b>1.993</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	56.965	1.161	97 59.515	503 74

<sup>(1)</sup> Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizadas em despesas tributárias, reversas de receitas e despesas operacionais e IR e CSLL. Em 2016, refere-se, substancialmente, a operação de provisão operacional fiscal relativa ao processo Desmutualização de Ações (Notas 19 e 21).

<sup>(2)</sup> Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recorrentes.

### d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander CCVM com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander CCVM tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

**PIS e Cofins** - R\$23.504 (31/12/2016 - R\$22.138): a Santander CCVM interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidíssem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$54.549 (31/12/2016 - R\$51.083): a Santander CCVM ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

### e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

**ISS - Instituições Financeiras** - R\$7.932 (31/12/2016 - R\$7.528): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

**Dedutibilidade da CSLL no IRPJ** - R\$79.820 (31/12/2016 - R\$77.647): pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

**Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas**

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadraram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

### g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações de caráter indenizatório e referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo e doenças ocupacionais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

### h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$481.327 e os principais processos são:

**Compensação Não Homologada** - Diversas cobranças Administrativas e Judiciais por parte da Fazenda Nacional, em relação a tributos compensados eletronicamente com créditos decorrentes de Saldo Negativo e pagamento a maior ou indevido. Na visão do Fisco, existem inconsistências contábeis e também nas obrigações acessórias que impossibilitam a verificação do crédito. Os casos estão sendo discutidos no âmbito administrativo e também no âmbito judicial. Em 31 de dezembro de 2016, o valor era de aproximadamente R\$10.976.

**PIS e Cofins - Desmutualização das Bolsas** - cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta de ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei 9.718/1998. Em 31 de dezembro de 2017, o valor era de aproximadamente R\$59.348.

**IRPJ e CSLL - Auto de Infração - Desmutualização das Bolsas** - Autos de infração lavrados pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ por suposto acréscimo patrimonial quando da transformação societária das Bolsas (Bovespa e BM&F) em sociedades anônimas ("desmutualização"), acarretado pela conversão dos títulos patrimoniais delimitados pelas empresas nas Bolsas em ações. Alega-se a impossibilidade de tributação do valor correspondente à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, por tratar-se de mera permuta não havendo, portanto, a incidência de IRPJ e CSLL. Ajuizada-se decisão Administrativa ou decisão judicial de primeira instância. O valor envolvido atualizado é de R\$301.648.

### i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contraladores

Em 31 de dezembro de 2017, refere-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$68.654 (31/12/2016 - R\$12.611), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 12) de responsabilidade de ex-contraladores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-contraladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

### 14. Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é composto por 28.135.346 mil ações, nominativas e sem valor nominal (14.067.673 mil ações ordinárias e 14.067.673 mil ações preferenciais), todas de semicilindros no país.

#### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participação em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer outros fundos.

Em 29 de dezembro de 2017, foi aprovado o destaque de dividendos mínimos obrigatórios, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2017, no montante de R\$402. O pagamento foi efetuado em 27 de fevereiro de 2018.

Em 30 de novembro de 2016, foi aprovada o destaque de juros sobre o capital próprio, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2016, no montante bruto de R\$36.434 (R\$1.29496 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais, equivalentes a R\$1.10072 líquido do imposto de renda, por lote de mil ações ordinárias e preferenciais), correspondente ao montante líquido de R\$30.969. O pagamento foi efetuado em 26 de janeiro de 2017.

#### c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

#### Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

### Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

### 15. Partes Relacionadas

#### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2017, fixado no valor máximo de R\$10. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

#### b) Benefícios de Longo Prazo

A Santander CCVM, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 22.b).

#### c) Participação Acionária

A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 28.135.280 mil ações (14.067.640 mil ações ordinárias e 14.067.640 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social, bem como participação acionária indireta através da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing") de 66 mil ações (33 mil ações ordinárias e 33 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

#### d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Disponibilidades	1.288	1.568	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup>	17.104	46.931	2.336	8.779
Rendas a Receber <sup>(2)</sup>	355	530	1.550	1.483
Dividendos e Bonificações a Pagar (Nota 14.b)	(402)	(30.969)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup> (Nota 17)	-	-	(88.017)	(95.766)
Despesas com Doações <sup>(4)</sup>	-	-	(189)	(460)

<sup>(1)</sup> Refere-se às aplicações com vencimento até 3 meses.

<sup>(2)</sup> Refere-se à renda a receber do Banco Santander, S.A. - Espanha (Banco Santander Espanha).

<sup>(3)</sup> Refere-se ao convênio operacional com o Banco Santander.

<sup>(4)</sup> Refere-se a doações ao Instituto Santander Cultural.

### 16. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Rendas de Comissões de Colocação de Títulos Corretagens de Operações em Bolsas	59.937	68.895
Serviços de Custódia	57.875	51.391
Outras Prestações Serviços	9.331	9.073
<b>Total</b>	<b>137.586</b>	<b>139.616</b>

### 17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 15.d)	88.017	95.766
Comunicações	13.993	16.103
Serviços Técnicos Especializados	2.921	3.838
Doações (Nota 15.c)	256	460
Depreciações e Amortizações	26	52
Outras	3.572	1.936
<b>Total</b>	<b>108.785</b>	<b>118.155</b>

### 18. Despesas Tributárias

Referem-se, principalmente, a despesas com Cofins, ISS e PIS.

### 19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Reversão de Provisões Operacionais	-	-
Fiscais <sup>(1)</sup>	-	24.957
Outras	1	294
Atualização de Depósitos Judiciais	5.158	11.921
Atualização de Depósitos a Compensar	5.914	5.057
Recuperação de Encargos com Operações de Clientes no Exterior	401	-
Juros sobre o Ativo Atuarial	600	-
Outras	2.040	1.930
<b>Total</b>	<b>13.754</b>	<b>44.159</b>

<sup>(1)</sup> Em 2016, refere-se, substancialmente, a reversão de provisão operacional fiscal relativa aos juros e multa do processo Desmutualização de Ações (Nota 13.c).

### 20. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Provisões Operacionais	-	-
Fiscais	17.227	-
Cíveis (Nota 13.c)	18	5.321
Trabalhistas (Nota 13.c)	2.327	451
Comissões	20.089	14.338
Atualização de Impostos	-	195
Outras	2.307	857
<b>Total</b>	<b>41.968</b>	<b>21.162</b>

### 21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Participações	23.160	81.314
Juros sobre o Capital Próprio	-	(849)
Juros sobre o Capital Próprio	-	(36.434)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>23.160</b>	<b>44.031</b>

#### Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Despesas Indedutíveis Líquidas e Rescisamentos <sup>(1)</sup>	(10.422)	(19.814)
Despesas Indedutíveis Líquidas e Rescisamentos Tributáveis	1.710	6.402
Demais Ajustes, CSLL 5%	(6.118)	(1.074)
Demais Ajustes	(1.281)	40.106
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(16.111)</b>	<b>25.620</b>

<sup>(1)</sup> Constituição de Crédito Tributário sobre a Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.n).

### 22. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

#### a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander CCVM patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II, Banesprev planos I, II e III e SantanderPrev - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrev), entidades fechadas de previdência privada e de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

#### l) Banesprev

**Plano I:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatórios e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

**Plano II:** plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, o integral do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

**Plano III:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

### DIRETORIA

#### Diretores

André Rosenblit Carlos Eduardo Pinto Lugarinho José Clemenceau Assad Junior Orlando Zainaghi Junior

#### Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

### II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

**Plano II:** plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e implementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

**Plano III:** plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

### III) SantanderPrev - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrev)

É uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes e possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de planos e anteros.

### Plano de Assistência Médica e Odontológica

**Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:** entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banco em 2000.

### Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Conciliação dos Ativos e Passivos</b>		
Valor Presente das Obrigações Atuar		